

Economia e população em Curitiba/SC: o que a história da nucleação escolar diz acerca da relação trabalho/educação no mundo rural

Marcos Antonio de Oliveira

Resumo

O artigo analisa a evolução da escola no meio rural em Curitiba/SC objetivando entender as relações existentes entre trabalho e educação. Se baseia em informações referentes à dinâmica econômico/produtiva e populacional; em levantamentos de dados e entrevistas com técnicos da secretaria municipal de educação e com moradores, alunos e ex-alunos de sua rede com fim de levantar sua evolução. Diagnosticando a relação entre as escolas de fazenda e o ciclo do tropeirismo, o da escola isolada e o ciclo da madeira e a escola urbana com a moderna agricultura, conclui que o processo de nucleação escolar no campo se dá a partir dos anos 1970, com o início da expansão da agricultura moderna no município, e não apenas a partir dos anos 2000, como defendido por muitos pesquisadores na atualidade. Com isto, e sendo o resultado de 3 anos de pesquisa financiado pela Capes/Inep, demonstra que o estudo do aparecimento tanto da escola nucleada no campo quanto da própria necessidade histórica da “educação do campo” tem que olhar para a evolução do campo e da cidade em conjunto.

Palavras-chaves: educação do campo, educação e trabalho no campo.

Agência Financiadora: Capes/Inep/Observatório da Educação

1. Introdução

O debate acerca da educação no mundo rural no Brasil não é novo. Comprovam-no o debate acerca do que fazer com a educação das populações rurais no Brasil a partir do início do processo mais intenso de sua industrialização e urbanização, oriundas principalmente da crise do capitalismo no final dos anos 1920.

Novo, no Brasil, datando do final dos anos 1990, é a emergência e o debate acerca de uma educação “do” campo. Apesar de uma quantidade já substantiva de estudos, poucos se debruçam acerca das relações existentes entre as formas de vida no mundo rural, suas transformações e suas influências sobre a necessidade e ou organização da escola nele existente. Ao contrário, vários estudos clássicos neste campo indicam passar ao largo deste debate.

Este artigo pretende contribuir com tal discussão. Para isto, e resultado de três anos de pesquisa financiada pela CAPES/INEP/Observatório da Educação, na segunda parte é descrita o que vem ocorrendo com a economia na Região da Serra Catarinense para centrar-se no histórico e apresentação das transformações recentes no campo e na sua dinâmica populacional no município de Curitiba. Apresentados os principais ciclos econômicos do município, na terceira parte se historia a presença da escola no mundo rural demonstrando os elos de ligação entre as alterações produtivas e populacionais com o movimento de aumento e, posteriormente, de redução de seu número. Com isto, na quarta parte é possível descrever as relações trabalho e educação no município, o que permite entender a política de nucleação da escola no meio rural, entendida como o fechamento das escolas

isoladas, onde se perdem alunos, e a abertura de novas unidades, em condições de atender às populações de várias comunidades.

Na última parte, o artigo conclui que o que leva à redução no número de escolas no meio rural e à nucleação em Curitibanos decorre de um conjunto de objetivas relações que tangem as condições de vida de sua população. Desta maneira, mesmo considerando que apresenta os resultados de um estudo realizado num município específico, pretende contribuir, por comparação, com futuros e necessários estudos acerca das relações educação e trabalho no campo brasileiro.

2. Economia e população rural na Serra Catarinense e em Curitibanos

Curitibanos se localiza na Macrorregião da Serra Catarinense, segundo o IBGE. Economicamente, esta aparece no cenário nacional com o ciclo do tropeirismo (Costa, 1982) e, a partir do Século XX, passa a ser ofertante de madeira para os mercados internos e externos. Com a modernização conservadora do campo (Silva, 1996), há a transformação para o plantio de espécies florestais e de soja, milho e trigo. Isto significa, em toda Região, o início do recuo da população que vive no campo e o aumento da população nos seus perímetros urbanos. Segundo o IBGE (1980, 1991, 2000 e 2010), entre 1980 e 2010 esta última aumenta 58%, enquanto aquela que habita o perímetro rural recua 48%, sendo de apenas 73,65 mil pessoas em 2010. Ou seja, como no restante do Estado de Santa Catarina e mesmo no Brasil, há uma tendência da perda da importância do mundo rural como local de vida e moradia das pessoas e aumento das atividades urbanas e ou a elas diretamente atreladas no conjunto da vida social.

Conhecido inicialmente como “pouso dos curitibanos, o município aparece ligado ao tropeirismo e reproduz o esquema da fazenda criadora de gado com a divisão entre seu proprietário, dono do poder econômico e político, e os trabalhadores, responsáveis pela lida de criação e a este subordinado (Costa, 1982). A existência de vastos territórios não ocupados com a presença de mata com riquezas importantes (madeira-pinheiro, imbuia, etc e erva-mate) permitiu a ocupação de suas terras com o fito da exploração destas. Assim, já nas primeiras décadas do Século XX o município já era um importante produtor de madeira e erva-mate para os mercados internos e externos (Goulart Filho, 2007).

Assim, chegou a ter dezenas de serrarias e vilas no entorno destas, entre as décadas de 1930 e 1960, sendo muitas vilas “independentes” da sede. Nestas, havia um grande número de empresas, entre estas madeireiras e de produção de “crina” (fibra utilizadas no fabrico de cadeiras) e uma rede de comércio e serviços. Com a presença destas vilas ao redor das fábricas e serrarias, aparecem lotes coloniais geralmente por ocupação. Com pouca terras, concentraram-se em uma agricultura de subsistência e adotou-se um modo de produção que tendia ao atendimento das necessidades familiares, impulsionando a criação de animais (galinhas, porcos, principalmente), com o excedente destinado ao comércio nos centros das vilas.

Portanto, até meados da década de 1950 pode-se dizer que o município se constituiu num núcleo urbano com seu comércio, mas onde as principais atividades produtivas e maior parte da população estão localizadas nos seus núcleos rurais, combinando a exploração das riquezas florestais naturais com uma agricultura de base mais local, no estilo colônia-venda, como caracterizado por Mamigonian (1991). A disseminação de novas técnicas com a revolução verde, incluindo nestas o uso de agrotóxicos, adubos químicos, sementes modificadas e maquinário, marcou uma nova etapa (a do ciclo agroindustrial), que exigiu do agricultor um maior investimento. Isto passa a levar muitos à busca da sobrevivência nas áreas mais urbanizadas.

Curitibanos, então, passa também pelo processo daquilo que Silva (1996) passa a denominar de “modernização conservadora”, o processo de adoção de técnicas modernas de produção na agropecuária, necessária à ligação do meio rural com as cidades, via industrialização, com a manutenção das estruturas de posse da terra. Neste sentido, em Curitibanos, podem ser citadas tanto a entrada das produções de soja, milho e trigo, quanto a modernização de sua planta de produção de madeira.

Neste caso, as indústrias que no município simplesmente extraíam as espécies madeiras e ou apenas beneficiavam a pasta mecânica, passam a explorar madeira a partir de plantações, inicialmente, o pinus e, depois, também o eucalipto. Ou seja, inicia-se no município a silvicultura, como demonstram os dados do IBGE (Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura). Representativo deste movimento é o volume de madeira produzida para a obtenção de papel e celulose desde os anos 1990 na Micro-Região de Curitibanos, que passa de 534,4 mil para 1,77 milhão de metros cúbicos em 2013, segundo a referida pesquisa. Este movimento traz a utilização de áreas anteriormente ocupadas com outras culturas e utiliza de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, haja vista a existência de máquinas e equipamentos para esta atividade controladas pela microeletrônica e, com isto, o recuo nas oportunidades de ocupação no perímetro rural do município.

Além disto, se verifica o incremento da área e produção de soja, milho e trigo que, em conjunto, passam de 7,3 para 17,6 mil hectares e de 15,38 para 86,4 mil toneladas entre 1990 e 2013, de acordo com o IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal. Além de haver, também, para o primeiro grupo, o incremento de produtividade, o fato deste ocupar áreas anteriormente destinadas ao cultivo de feijão, por exemplo, que tradicionalmente demandava mais mão-de-obra, há dificuldades maiores para a continuidade no meio rural de um número significativo de estabelecimentos que pressiona para a saída de população do campo. Além disto, a concentração produtiva também se verifica na cadeia do leite, o que potencializa o efeito do movimento apresentado pelos grãos uma vez que, segundo o IBGE/Pesquisa Pecuária Municipal, a quantidade produzida do produto, entre 1990 e 2013, aumenta, passando de 4,7 milhões para 5,6 milhões de litros, mas há recuo no número de vacas ordenhadas de 6,5 mil para apenas 1,35 mil cabeças.

Além da agropecuária, entretanto, Curitibanos apresenta um setor industrial (madeireiro) importante, sendo a origem de laminados, móveis, etc, e de papel e celulose para o Brasil e mesmo o

mercado internacional. De acordo com o Sebrae (2010), em 2010 existiam no município 278 indústrias, das quais 24 empresas exportadoras deste tipo de produto. Segundo a mesma fonte, no mesmo ano existiam 1,73 mil empresas, nos setores industriais e de comércio e prestação de serviços.

Portanto, de forma geral pode-se dizer que desde o final dos anos 1980 e início dos 1990, em conformidade com o novo momento da agricultura brasileira, em Curitiba se intensifica a transformação da indústria extrativa de madeira em silvicultura para a produção de papel, celulose e outros fins (indústria de móveis), pouco demandadora de mão-de-obra. Da mesma maneira, houve no mesmo período o avanço das produções de commodities (soja, milho e trigo, principalmente) que se utilizam de máquinas e equipamentos amplamente poupadoras de mão-de-obra. Como visto, inclusive, este aumento se dá nem só pela incorporação/troca de áreas antigamente ocupadas por outras culturas, mas também pela intensificação da produtividade, o que é um indicativo que o comando das transformações nas cadeias produtivas relativas ao mundo rural em Curitiba se dá pela incorporação de trabalho morto. A consequência é o aumento nas dificuldades nas condições de vida dos moradores das áreas rurais e sua busca por condições de vida em outro espaço, ou seja, o perímetro urbano.

Segundo o IBGE, a população de Curitiba passa de 30,9 mil para 42,23 mil habitantes entre 1970 e 1990, recuando em 2000, mas aumentando pouco desde então. O ciclo de aumento até 1990 significa a atração populacional por empregos gerados na indústria e comércio mas, a partir de então, o recuo e estagnação da população desde 2000 representa o produto de transformações na indústria madeireira que passam a utilizar-se de tecnologias poupadoras de mão-de-obra oriundos da microeletrônica, desde a colheita da madeira, corte e laminação, até as escalas de obtenção de papel e celulose (Sebrae, 2010).

O que é constante é a queda na população em seu perímetro rural, que recua de 12,31 mil em 1970 para apenas 2,97 mil em 2010. Ou seja, de sua população total, 39,7% vivia no meio rural em 1970, participação que recua para apenas 7,8% em 2010. Além disto, verifica-se também no meio rural, segundo o IBGE, o recuo relativo na população mais jovem e do sexo feminino, com aumento relativo da população mais idosa e de homens. Isto se explica, de acordo com Stropasolas (2006), em virtude de ser a população mais jovem a mais necessitada de ocupação, que aumenta de forma mais intensa na cidade e, neste caso, ser a filha do agricultor a primeira a fazê-la, fenômeno observado em praticamente todo o meio rural brasileiro.

**Curitiba: População Total, Urbana e Rural em anos selecionados
- em unidade**

Item	1970	1980	1991	2000	2010
Total	30.977	37.712	42.234	36.061	37.748
Urbana	18.663	27.009	32.689	32.438	34.769
Rural	12.314	10.703	9.545	3.623	2.979

Fonte: IBGE/Censos Demográficos.

Isto significa que o mundo rural, como local de vida e moradia, e a agropecuária, como atividade de obtenção de trabalho e renda direta, vêm perdendo importância no município e, ao contrário, aumenta a importância do mundo urbano e de outras atividades econômicas para a obtenção de renda. Para a manutenção da população nos últimos 20 anos, entretanto, contribuiu também a criação de assentamentos (2), de reassentamentos (3) e da vinda de pessoas em busca de trabalho no comércio/indústria local e que ocupam sua periferia urbana. Esta configuração leva ao aparecimento do que se denomina atualmente de Escola Nucleada no campo.

3. A escola no meio rural em Curitiba: seguindo a tendência de acompanhar a industrialização e urbanização da economia

O município, como visto, passou pelos ciclos do tropeirismo e da extração da madeira antes da modernização conservadora do campo. Nestes períodos, a maioria da população vivia no seu meio rural e a maioria das escolas nele se localizavam. Ocorre que a cada um destes períodos corresponde a um tipo de escola, respectivamente a escola de fazenda e a escola isolada. Somente após, com a modernização da agricultura, é que aparece a escola nucleada.

3.1. Escolas de fazenda

O primeiro ciclo econômico de Curitiba, a produção de gado (Ehrhardt, 2012), para os mercados do Sudeste do país e, depois, para o mercado mundial, se deu com a constituição de grandes fazendas (1766-1940). Segundo Locks *et al* (2006): “antecedendo ao ciclo da madeira”. A vida social se baseava na dicotomia senhor/proprietário e os agregados às fazendas. Articulando sua produção majoritária (carne) para mercados abastecidos por rotas de tropeiros, a fazenda dava conta da obtenção de quase tudo que necessitava, com poucas ligações com o exterior, constituindo o que Silva (1996) denomina de “complexo rural”. Assim, vivia-se num relativo isolamento em que não se necessitava de grandes redes e ou circuitos para garantir a continuidade da existência da vida social, num estágio da produção desta que não exigia muitos conhecimentos que ultrapassassem o limite da fazenda. Ou seja, na realidade o conhecimento utilizado era mais empírico/prático no sentido de bastar-se na prática cotidiana e, portanto, poder ser transmitido pela atividade cotidiana, não necessitando de escola e ou um trabalho sistematizado para sua apropriação.

Portanto, nesta sociedade não havia necessidade de uma escola estabelecida, que trabalhasse a transmissão de conhecimento. Assim, o mundo educacional em Curitiba, por este período, ou bastava-se à educação de uma elite urbana, geralmente em instituições religiosas, ou, no campo, nas denominadas “escolas de fazenda”. Estas se caracterizavam pelo envio de professores, muitos deles leigos, que ensinavam aos familiares do fazendeiro e ou algum agregado mais próximo, as “primeiras letras”, ou seja, fazia sua alfabetização, além de rudimentos de matemática e alguns conhecimentos gerais na área da história e humanidades. Como se percebe, além de uma escola que não era para todo o povo, não ligada diretamente ao mundo produtivo.

3.2. Escolas das serrarias ou isoladas

A partir de meados do Século XX, entretanto, Curitiba passa a constituir-se cada vez mais como local de extração da madeira que alimenta tanto sua venda ao mercado interno e externo quanto tem esta como matéria-prima para a indústria de papel/celulose. Desta maneira, o isolamento e de certa forma a auto-suficiência da fazenda são paulatinamente vencidos pela agregação de operários que acorriam às serrarias.

Com isto, há no município a formação de comunidades que passam a se localizar no entorno destas empresas. Como o trabalho nestas começa a exigir outro conhecimento do que aquele oriundo e aprendido unicamente pela experiência, como o eram nas antigas fazendas, também paulatinamente há um movimento de criação de escolas nas comunidades de operários oriundas da instalação destas indústrias. De acordo com Ehrhardt & Locks (2011, p. 4):

“Foi a presença da serraria que em Curitiba gerou a necessidade a escola no meio rural. A educação chega ao meio rural em função da formação da vila de operário no entorno da serraria com finalidade de combater o analfabetismo. O vínculo com o mundo do trabalho formal passa a ser uma nova realidade. Ela não aparece com um fim em si mesmo, subjetivo e universal, mas para atender uma nova exigência do mundo formal da sociedade: ler e escrever”.

Esta escola, entretanto, atendia àquela comunidade, não se conectando ao que se pode denominar atualmente de uma rede municipal de educação, nascendo a figura das escolas isoladas. Segundo Ehrhardt (2012) são criadas em Curitiba entre 1950 e 1970, auge do período do ciclo da madeira, 40 escolas isoladas municipais nas áreas rurais. De acordo com a mesma autora, são criadas também pela Secretaria Estadual de Educação mais 19 escolas isoladas nestas mesmas áreas, totalizando 63 escolas criadas no meio rural neste período.

Este movimento relaciona-se ao número de serrarias existentes no meio rural do município. Segundo a mesma autora, na década de 1950 chegou a haver em Curitiba 168 serrarias, número que decresceu para 133 na década de 1960 e apenas 71 nos anos 1970. A partir daí, como se pode verificar no quadro abaixo, este número se reduz ainda mais e passa a crescer indústrias destinadas à exploração de outros produtos derivados da madeira.

Curitiba: Quantitativo de estabelecimentos industriais com base na madeira como matéria-prima em anos selecionados

Ano	Serrarias	Atividades derivadas da Madeira
1950	168	-
1956	133	15
1971	31	39
2010	-	34

Fonte: Ehrhardt (2012)

3.3. Modernização conservadora e início da nucleação

O quadro abaixo demonstra o número de escolas que houve na rede municipal de educação em Curitiba desde 1952 até 2009, quando se formaram os núcleos escolares como conhecidos hoje, descritos à frente. Como se pode observar, em 1952 haviam apenas 4 escolas com um total de 127 alunos. Estas se constituíam num misto de escolas efetivas (N. M. Alice Ataíde, por exemplo) e escolas que ainda funcionavam em espaços privados (cedidos por fazendeiros) com professores pagos pelo município. Neste período, entretanto, se vivia ainda o período do ciclo da extração da madeira e havia uma certa rarefação e distribuição da população no território rural do município.

Entretanto, com a passagem deste ciclo para o da extração da madeira e a intensificação da produção de papel/celulose, houve também a intensificação da concentração das populações ao seu redor. Com isto, há o aumento no número de escolas existentes para atender a esta população nas décadas de 1960 e 1970. Como se pode observar também no quadro abaixo, este aumento faz o número atingir 16 unidades escolares em 1975 e 34 unidades em 1980 (com 679 alunos matriculados), no auge da população no município que vivia no meio rural.

Curitibanos: número de alunos matriculados por unidade escolar em anos selecionados

Unidade Escolar	1952	1964	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2009
Alfredo Goetten				31	13	14	10	14	8	
Frei Narciso	35							60	16	
Guarda Mor II	2			17		52	45		23	
Inácio Francisco Ortiz				17	23	12	18	43	6	
Indústria J. Bettega					44	30	52	9	24	
Frei Valentin					46	31	52	13	22	
Esc. José Santos Maciel				16	9	10		45	4	3
N. M. Alice M. Ataíde	48	91	36	27		40	44		27	
Valencio Maciel Netto					8					
Polidoro Maciel		7			9		20			
Dr. Waldir Ortigari		33			19		5			
João Batista Pozzo				24	23					
João Correia		17		9	17	13				
Ver. Balduino P. Souza			16		15	9				
Silvério B. Bastos					12	12				
Consul Siro Kondo					14	9				
Dr. Helio Anjos Ortiz					39					
Feitor Juvencio					10					
Luiz Maciel				18	15	11	23			
Paulo Pedro Pereira					15					
Adolfo Soletti		31	33		11					
Correntes										
Derrubada de Vento		15	20	18	16					
Ari Pereria Bastos		15		21	10	6	12			
Maria C. Silveira					18	10				
Felipe Granemann					16		17			
Potreiro dos França				17	16	18				
Salto Pery					7		12			
Pocinho					12	9	12			
Hercílio Lima				8	8					
Fazenda dos Ortiz				18	10					
João Galico					10					
Enedina Aurewald				8	13	12				
Simpliciano F. de Almeida				20	155	5	133			
Fazenda Cerro Verde	42			20	12		6			
Onofre Santo Agostini					9	11	6			
Angelo Ferrarez					14					
Reflora Eletron Lux					11					

Fonte: Curitibanos. Secretaria da Educação.

A partir de então, o número de escolas recua, vindo para apenas 19 unidades em 1985 e 16 em 1990, com apenas 467 alunos matriculados. Nos anos 1990 o movimento foi de fechamento e em 2000 havia somente 7 escolas e 130 alunos matriculadas no meio rural. Desta forma, em 2009 havia, segundo a Secretaria Municipal de Educação, somente uma daquelas antigas escolas no meio rural, com apenas 3 alunos.

Como se vê, se nos anos 1950/60 houve movimento de aumento no número de serrarias e da população no meio rural em Curitibanos e a partir daí o incremento no número de escolas e alunos matriculados, a partir dos anos 1980 há um recuo em ambos. Como visto acima, neste período,

principalmente a partir dos anos 1970, há o movimento de fechamento de serrarias no meio rural e sua transformação em indústria de papel/celulose e derivados, de um lado e, de outro, o início da transformação da produção de baixa para a de larga escala na agricultura. Assim, houve recuo na população vivendo mundo rural no município a partir dos anos 1970. Inicia-se, então, um movimento de aumento de importância do mundo urbano em relação ao rural no município, coincidindo com o que ocorre no restante do Brasil.

Assim claramente há uma relação entre ciclos econômicos, forma de produção da vida no mundo rural e a escola que à sua população é ofertada.

4. A nucleação escolar no meio rural em Curitiba: dos números à política de adequação à realidade atual

Em Curitiba há atualmente 12 escolas, sendo 8 da rede municipal e mais 4 da rede estadual de ensino. As escolas da rede estadual se encontram, todas, no meio urbano e, destas, apenas duas ofertam o ensino médio.

Da rede municipal de ensino, 4 localizam-se no meio urbano e o restante no rural, sendo duas em assentamentos, uma no Distrito de Marombas/Bossardi (Núcleo Municipal do Campo Leoniza Carvalho Agostini) e uma no Distrito de Santa Cruz do Pery (Núcleo Municipal do Campo Aristiliano Alves dos Santos). A primeira atende a aproximadamente 350 alunos (número que vem recuando nos últimos anos) e está localizada no Distrito em que há uma vila de operários que trabalham em indústria papeleira do mesmo nome e recebe alunos de mais outras 7 comunidades. A segunda atende a aproximadamente 30 alunos de 4 comunidades.

Com esta configuração, há uma situação em que a prefeitura tem que fazer o transporte dos alunos de seus locais de origem para a escola. Assim, se verifica em Curitiba a presença do que se denomina de Nucleação Intra-Campo, política adotada nos últimos anos tendo em vista o atendimento do direito à educação nas regiões de pouca densidade demográfica que tem caracterizado o campo brasileiro e, no município, nos últimos anos, como visto acima. Ou seja, esta representa a resposta política dada pelo dirigente municipal de educação às objetivas condições por que este passa.

A modernização conservadora no campo, a passagem para o plantio de pinus e eucalipto e a produção de grãos, explicam a saída das pessoas do campo. Segundo um técnico da Secretaria Municipal de Educação, entrevistado durante pesquisa de campo:

“Antigamente tinham mais pessoas, mas trabalhavam com milho, feijão e gado familiar, lá pelos 1970. Em 1978 entrou o plantio do alho...De início todo mundo e agora só tem 3 produtores e a queda nos preços e falta de mão-de-obra fez muitos pararem. E há uns 15 anos entrou a soja e o trigo e aí usam menos gente e mais máquinas” (...). Antigamente em Curitiba era 20% na cidade e 80% no meio rural, hoje é o contrário.....Hoje no meio rural em Curitiba só tem velhos, idosos e pessoas que não trabalham mais”.

Para além das transformações na produção agrícola em si, com o avanço das técnicas poupadoras de mão-de-obra, há também mudanças nas bases das indústrias. Segundo técnico da Epagri entrevistado durante a pesquisa de campo:

“Tem muita indústria de papel e celulose no Cadoriti e no Marombas....Tem papelão/prato/bolo e papel higiênico no Cadoriti....Antes tinham muitas indústrias pequenas que lutavam com a madeira e o Berneck começou a comprar, exigindo pinus grosso e isto acabou com os pequenos, com as pequenas serrarias e está acabando com menores produtores de pinus mesmo”.

Como se percebe, as condições de vida no campo mudam porque há menos empresas nele. Ou seja, aumentando suas escalas, alteram as condições e modos de vida no campo. Assim, este passa a ser local de dormitório e ou de moradia de pessoas de mais idade. Segundo o mesmo técnico:

“Tem gente que mora no interior e trabalham na Berneck. Moram lá...tem casa, não pagam aluguel e tem o porquinho, a horta, a mandioca...e tem um dinheirinho todo mês”.

Este movimento terá implicações para a formatação das escolas no meio rural no município. Segundo uma técnica da secretaria municipal de educação:

“A partir de 1998 começou a retirar as escolas do interior. Onde tinha serrarias ainda ficou uma escola mas onde não teve que sair. Mas em 1990 já tinham pouco gente no campo, no interior. Então a gente tinha que fazer algo. Antes urbano e rural era 20% para 80% hoje é 80% para 20%”.

A aposta, então, da secretaria municipal de educação foi pelo fechamento de escolas no meio rural e sua transferência para o perímetro urbano e ou sua concentração em núcleos escolares, juntamente com o transporte dos alunos, como descrito acima. Em 1999 o Decreto Municipal 2.767/99 extinguiu 10 escolas e 2 pré-escolas. De acordo com então secretário municipal de educação (Gestão 2013/16), entrevistado em pesquisa de campo:

“Em 1995 começou a guerra para que fosse nucleada e vir para a cidade. Alguns ficaram preocupados em virtude de seus filhos irem para o mundo urbano mas a maioria achava que seria bom ir para cidade, pois teriam melhores condições...É....teriam professores melhores”.

Esta característica se confirma, pois a secretária municipal de educação (Gestões 2005/08 e 2009/12), uma das principais responsáveis pela criação da escola “do” campo no município, relata que:

“Quando fomos discutir com os pais, a população, a possibilidade de não trazer seus filhos para estudarem na cidade, mas sim num núcleo escolar localizado no meio rural, neste caso do Leoniza, os pais falaram: Mas a gente já é do mato e a senhora quer que a gente continue sendo do mato?”

Em 2010 a Portaria número 445/2010 muda a nomenclatura das escolas rurais para escolas “do campo”. Neste caso, há outro elemento que demonstra a tomada da política como reflexo das condições objetivas que existem no campo brasileiro, não unicamente como vontade subjetiva do poder público municipal, que é a surpresa como a comunidade recebeu o fato. De acordo com um ex-aluno do Núcleo Escolar do Campo Leoniza Agostini, morador da vila localizada naquele Distrito, o novo nome da unidade escolar foi comunicada a estes de forma extemporânea, quando de um desfile cívico. Segundo este, ouvido em pesquisa de campo:

“Vimos o nome “do campo” pela primeira vez quando apareceu no novo uniforme que a prefeitura mandou para o desfile de 7 de setembro. Nunca tinha visto aquilo, e ninguém também..... Os pais também.....”

Nestas condições, não é difícil entender as razões do movimento ocorrido com a escola no município como descrito acima: com a progressiva perda de importância do mundo rural como local direto de vida para boa parte da população, esta deste sai. Daí derivam as políticas para as escolas no meio rural. É importante se atentar estas relações, pois atualmente há uma tendência na academia, presente nos estudos dos denominados teóricos da denominada “educação do campo”, principalmente Caldart (2003 e 2009) e Arroyo (2007), seguidos por uma verdadeira miríade de artigos e textos oriundos de outros estudos (Munarim, 2010, entre outros) que supervalorizam a ação do dirigente municipal como responsável pela retirada da escola do mundo rural e, talvez por decorrência disto, não vêem a relação existente entre a forma de produção da existência no mundo rural e as políticas educacionais que dela derivam. Por conta disto, estuda-se o denominado fenômeno da “nucleação escolar” no campo no Brasil datando-a a partir dos anos 1990. O que se demonstra aqui é que há indicações de que este movimento é mais antigo, datando pelo menos do final dos anos 1970, com o início da modernização conservadora no meio rural brasileiro e com o gestor municipal tomando ações premido por condições objetivas que, muitas vezes, o condicionam à tomada de atitudes no sentido na nucleação.

5. Conclusões, ou para continuar: por uma agenda dos estudos na área de educação e trabalho no mundo rural

O artigo buscou demonstrar as relações entre as transformações ocorridas no mundo rural em Curitiba, em sua história e na atualidade, com aquelas verificadas na escola e sua organização neste espaço. Passando por pelo menos três grandes ciclos econômicos, a cada um deles correspondeu um tipo de organização do sistema escolar, sendo, respectivamente, as escolas das fazendas, as escolas isoladas e a do início da saída da escola do meio rural. Na atualidade, com a intensificação da modernização conservadora ocorrida principalmente a partir dos anos 1990, ainda maior é o deslocamento da escola para o meio urbano, bem como a tomada de políticas para a adequação desta a este novo momento, dando origem ao que alguns autores nominam da “nucleação” no meio rural.

Com isto, constata-se a relação direta entre as dinâmicas sócio-econômicas no meio rural e o tipo de escola que nele existe: em tempos deste com vida mais independente na fazenda, escola das fazendas; em tempos de extração da madeira e de pujante contingente populacional, escola isolada; e modernização conservadora e intensificação da perda de sua população, um campo com escola nucleada. Portanto, em essência, olhando estas relações, é possível afirmar que o que de fato ocorre com a escola no mundo rural desde os anos 1990 é a intensificação de sua saída/transformação, que se inicia pelo menos em meados dos anos 1970. Ademais, verificou-se, também, que as transformações na política municipal de educação buscaram adequar a escola e a rede municipal a esta nova ordem de fatores, de transformações nos modos de vida das pessoas no meio rural. Assim, a caracterização das transformações da escola no meio rural como um elemento típico do período mais recente, somente a partir dos anos 1990, bem como a interpretação de que isto ocorre principalmente em virtude de características subjetivas dos agentes públicos, como faz, por exemplo, o Focec (2010), carece de embasamento histórico/teórico mais aprofundado, principalmente no que diz respeito às relações entre trabalho e educação.

Em linhas gerais, para traçar as tarefas que a ciência deve à educação “do” campo no que concerne a estas relações, o debate deveria iniciar-se com o reconhecimento de que a produção que se inicia no início do Século XX com a denominada “educação rural” refletia na academia as indefinições acerca do que fazer com a educação das populações rurais a partir do início do primeiro momento do processo mais intenso de sua industrialização e urbanização, oriundas principalmente da crise do capitalismo no final dos anos 1920.

O segundo momento de industrialização/urbanização pesada (1960 em diante), já com a abertura da economia ao capital mundial e o início do inchaço dos centros urbanos (principalmente nas capitais) e aquilo que Silva (1996) denomina de “modernização conservadora” no campo, trouxe a necessidade de formação de uma mão-de-obra específica para operar o mundo fabril. Num país de capitalismo subserviente aos interesses do capital mundial, ou seja, com comando de suas cadeias produtivas fora de seus limites territoriais e formatado para a produção de bens de consumo não durável (Braga, 2012), a exigência de qualificação de sua mão-de-obra se bastava naquilo que Neves (1994) denominou de “produção e reprodução do trabalho simples”. Esta população que passaria então a viver nas cidades, trabalhando nesta indústria, teria que ser educada nos moldes da reprodução deste requerimento de mão-de-obra. Bastava, então, uma escola que dotasse o trabalhador das capacidades ao trabalho simples e repetitivo na fábrica taylorista/fordista. Daí o nascedouro da primeira e segunda LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (respectivamente Lei 4.024/61 e 5.692/71), já analisadas por Romanelli (1986) e Saviani (2007), entre outros, como tecnicista, interessada na produção desta mão-de-obra. Neste período, se a modernização conservadora no campo expulsava cada vez mais contingentes de sua população, a intensificação do processo de industrialização e a instalação da infra-estrutura urbana do país significava um elemento estabilizador das condições de

vida destes ao abrir-lhes novas possibilidades de integração ao mundo urbano via ocupações na indústria, comércio e ou serviços.

Para a escola no mundo rural, o que se viu desde então foi a perda de sua importância em termos de números/pessoas atendidas e, quanto à produção acadêmico/científica, o realçamento das discussões acerca da necessidade de implantação das “escolas técnicas” no meio rural como forma de trazer à população que aí continuava vivendo o conhecimento necessário à operação técnica do mundo produtivo que então passava por substanciais transformações no sentido de sua integração à indústria. Ou seja, o momento histórico pelo qual passava o país trouxe a necessidade de uma escola que reproduzisse o trabalho operado por técnicas oriundas do avanço da produção industrial na agricultura, daí a expansão e organização, por exemplo, das escolas agrotécnicas federais naquele momento histórico. Tem-se, a princípio, os elementos básicos para entender porque a escola no mundo rural não era então problema: com o avanço da urbanização com uma industrialização que absorvia contingentes significativos da população que saía do campo, pelo menos em níveis relativos superiores aos atuais, à escola rural cabia escolarizar aquela população residual que permanecia no campo. A questão muda quando aparecem na história as consequências de uma indústria que não mais dá conta de integrar estas populações.

Atrelando-se então à criação da infra-estrutura nas cidades, principalmente, e ao avanço da produção capitalista no campo brasileiro, atingindo seu ápice no início dos 1980, seu esgotamento só foi resolvido com a abertura da economia brasileira a partir do início para meados dos anos 1990. Esta abertura, levando a reenquadramentos das políticas agrícolas e agrárias (Delgado, 2010), leva consigo as demandas de agricultores e movimento sociais que passam a reivindicar novas políticas públicas e, a partir do final dos anos 1990, uma educação “do” campo e não mais “no” campo.

O que se afirma aqui é que as origens e sentidos desta mudança têm sido pouco estudados, apesar da existência de algumas pesquisas que trazem elementos para esta reflexão, como os de Oliveira (2012) e Dalmagro & Oliveira (2013). Entretanto, o estudo da educação em Curitiba, no escopo da história econômica da Região e de estudos mais gerais sobre o desenvolvimento do campo e a urbanização brasileira, permite lançar a hipótese geral que o que deveria nortear estes estudos seria esta mudança ocorrida no meio rural brasileiro nos últimos 20 anos, pelo menos. Ou seja, se num longo período, a época da instalação da infra-estrutura para a implantação do capitalismo no campo (1960/70) e se o atrelamento do país aos circuitos do capital mundial (1980/90) foram etapas históricas já realizadas, desde pelo menos o início dos anos 1990 vive-se a égide da intensificação do seu desenvolvimento. Assim, campo e cidade passam por um período de intensas transformações derivadas da necessidade/característica imanente do sistema do capital (Mészáros, 2003) de se auto-expandir intensificando o uso do trabalho-morto, o que retira de porções cada vez maiores de seres humanos a condição para sua reprodução, ou seja, a venda de sua força-de-trabalho, como já apontou Braverman (1987). Neste processo, a adoção nos sistemas fabris das técnicas produtivas oriundas da microeletrônica e da robótica, extremamente poupadoras de mão-de-obra, esgarçando a denominada

sociedade salarial (Gorz, 2003) e, no campo, num estágio mais atrasado, como já demonstrou Kautsky (1980), a adoção de técnicas oriundas da mesma base técnico/científica (agricultura de precisão, drone aplicador de agroquímicos, máquinas, colheitadeiras e tratores com movimento controlado por satélite, entre outras) também alteram profundamente as condições de vida de suas populações. Acrescentando-se que no campo as condições de vida transformam-se num meio talvez ainda mais hostil aos trabalhadores dada a sua histórica concentração de terra e renda, ademais do atraso na organização enquanto classe, é no mínimo instigador constatar que o “fenômeno educação do campo” surja num momento de ainda maior integração do Brasil ao mundo via expansão do trabalho-morto na agropecuária, que continua expulsando população e em que a indústria não demanda mais tanto trabalho vivo, não absorvendo esta população nos mesmos níveis que absorvia até os anos 1980.

Por conta disto, o que o presente artigo relatou acerca das conexões entre trabalho e educação no município de Curitiba demonstra que há a necessidade da continuidade dos estudos, tanto específicos de outras localidades quanto mais gerais para o Brasil, para que se consiga responder com mais embasamento a origem, o sentido e os fundamentos da educação do campo neste momento histórico no Brasil. Entretanto, os resultados apresentados também indicam que a busca destas respostas, a partir do arcabouço teórico-metodológico da educação e trabalho, apontam para a necessidade de levar em conta as relações entre a industrialização brasileira e seu mundo rural e, dentro deste, a escola nele existente e ofertada às suas populações pelo Estado.

Referências

ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores(as) do campo. Cadernos CEDES. vol.27 no.72 Campinas May/Aug. 2007.

FOCEC-Forum Catarinense de Educação do Campo. Diretrizes para uma política de educação do campo. Florianópolis: Focec. 2010.

BRAGA, R. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo Editorial. 2012.

BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no Século XX. 3ª Edição. Rio de Janeiro: LTC. 1987.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.

_____. Educação do campo: notas para análise de percurso. Revista Trabalho, Educação e Saúde. V. 7, n. 1, p. 35-64, mar/jun. 2009. Rio de Janeiro

- COSTA, L. O Continente das Lagens – sua história e influência no sertão de terra firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura. 1882.
- DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (org). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora da Unesp. 2010.
- GORZ, A. Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume. 2003.
- GOULART FILHO, A. História econômica de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC. 2007.
- EHRARHDT, C. M. A. M. A história da educação do campo em Curitibaanos. Lages: Uniplac. (Dissertação). Mestrado. 2012.
- EHRARDR, C. M. A. M., LOCKS, G. A. Educação do campo em Curitibaanos: uma história. Florianópolis: II Seminário Nacional de Educação do Campo. UFSC. 2011.
- FOCEC-Forum Catarinense de Educação do Campo. Diretrizes para uma política estadual de educação do campo. Florianópolis. 2010.
- IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.
- IBGE. Pesquisa Agrícola Municipal, 1990, 2000, 2005 e 2013.
- IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal, 1990, 2000, 2005 e 2013.
- IBGE. Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura, 1990, 2000, 2005 e 2013.
- KAUTSKY, K. A questão agrária. 3ª edição. São Paulo: Proposta Editorial. 1980.
- LOCKS, G. A., VARELA, I. A., MOREIRA, S. C., SARTORI, S.. Caminho das tropas: caminhos, pousos e passos em Santa Catarina. Lages: UNIPLAC, 2006.
- MAMIGONIAN, A. Vida Regional em Santa Catarina. São Paulo: Editora da USP. 1991.
- MÉSZÁROS, I. Para além do Capital. Campinas: Boitempo. 2003.
- MUNARIM, A. Prefácio. Educação do Campo: desafios teóricos e práticos. In. MUNARIM, A. *et alli*. Educação do Campo: Reflexões e Perspectivas. Florianópolis, Ed. Insular, 2010.
- NEVES, L. M. W. Educação e política no Brasil de hoje. São Paulo: Cortez. 1994.
- OLIVEIRA, M. A. de. O MDA-Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Educação “do” Campo: elementos para entender a questão agrária e a política educacional do Estado brasileiro para o meio rural na atualidade. Anped- 35ª Reunião Anual da Anped. Porto de Galinhas. 2012.
- OLIVEIRA, M. A. & DALMAGRO, S. L. A questão agrária, a educação do campo e os projetos em disputa. Revista Reflexão e Ação. v. 22, n. 2. 2014. Santa Cruz do Sul.

ROMANELLI, O. O. História da Educação do Brasil. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes. 1986.
SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

SEBRAE/SC. Santa Catarina em Dados: Curitibaanos. Florianópolis: SEBRAE. 2010.

SILVA, J. G. da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia. 1996.

STROPASOLAS, V. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis: Editora da UFSC. 2006.